



O Projecto da Linha de Transporte de Energia Centro-Sul (CESUL), a espinha dorsal de energia Tete-Maputo, lançado em 2011 com pompa pelo então Presidente Armando Guebuza deixou de ser prioritário por falta de viabilidade financeira. “(...) O problema é que são 2,1 biliões de dólares (norte-americanos)” revelou o Carlos Yum, o Administrador do Pelouro de Operações da Electricidade de Moçambique (EDM), empresa que tem dívidas acumuladas de mais de 1 bilião de dólares.

Em Novembro de 2011 o então Presidente de Moçambique, Armando Guebuza, lançou com muita pompa a primeira fase do CESUL para a construção de duas linhas de transporte de energia eléctrica a partir da província de Tete, passando por Manica, Sofala, Inhambane, Gaza até Maputo.

Seria edificada uma nova linha aérea de alta tensão de corrente contínua de 800 kV entre uma nova subestação a ser construída próxima de Cataxa, ou a expansão da subestação existente de Matambo na Província de Tete e a subestação de Maputo, na Província de Maputo numa extensão de 1274 quilómetros, e uma segunda nova linha aérea de alta tensão de corrente alternada de 400 kV entre uma nova subestação próxima de Cataxa na província de Tete e a subestação de Maputo, numa distância de 1353 quilómetros.

A necessidade desta espinha dorsal deve-se ao facto da Região Sul do nosso país, onde estão 60 por cento dos consumidores da EDM, receber energia da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) através de uma linha de alta tensão de corrente alternada que sai de Tete, passa por Manica e Gaza e entra para a África do Sul. O transporte feito em território sul-africano encarece o custo da energia em quase dez vezes e está limita a 300 MW, portanto mesmo que a EDM consiga mais electricidade da HCB não poderá usar essa linha para fazê-la chegar ao

Escrito por {ga=aderito-caldeira}

Sexta, 11 Maio 2018 08:01 - Actualizado em Sexta, 11 Maio 2018 14:54

seu maior mercado de consumidores.

O projecto inicial foi estimado em 5 biliões de dólares norte-americanos mas após estudos de optimização ficou orçada em 2,1 biliões de dólares que, em 2011, as autoridade moçambicanas afirmaram que seriam financiados pela Noruega, França, pelo Banco Mundial e por fundos próprios do projecto – em 2014 a CESUL congregava na estrutura accionista a estatal chinesa de electricidade China State Grid Corporation, com 46 por cento; a eléctrica sul-africana Eskom, com 25 por cento; a Electricidade de Moçambique, com 15 por cento; e a portuguesa Redes Energéticas Nacionais, com 14 por cento.

“Neste momento o objectivo é centrar na linha Temane-Maputo”

Após algumas dezenas de milhões de dólares gastos a construção esteve prevista para iniciar em 2014, com término em 2017, mas após um nunca começou efectivamente. O @Verdade apurou que no contexto das transformações que estão a ser implementadas pelo Conselho de Administração encabeçado por Mateus Magala o projecto deixou de ser prioritário.



“Nós concordamos que a espinha dorsal Tete-Maputo é estrutural para posicionar Moçambique no contexto regional, mas o problema é que são 2,1 biliões de dólares (norte-americanos)”, explicou Carlos Alberto Yum, Administrador do Pelouro de Operações, referindo o esse custo iria também ter de ser pago pelos clientes da EDM.

Questionado pelo @Verdade, durante um encontro que aconteceu recentemente com

Escrito por {ga=aderito-caldeira}

Sexta, 11 Maio 2018 08:01 - Actualizado em Sexta, 11 Maio 2018 14:54

jornalistas em Maputo, o Administrador da EDM revelou que: “A questão da linha da espinha dorsal era dimensionada para Tete-Maputo mas neste momento o objectivo é centrar na linha Temane-Maputo, com implementação de uma central de 400 MW a partir de Inhambane”.

No entanto o Administrador do Pelouro de Operações não explicou que o custo de comprar energia à futura Central de Temane, que só deverá estar operacional depois de 2022, é pelo menos três vezes mais caro do que adquiri-la à HCB.

Entretanto Carlos Yum aclarou que essas duas linhas ligando Tete a Maputo vão ser necessárias, “mas é uma questão de quando, de existir oportunidade e de ter todos os sectores da empresa estruturados e transparentes para ter acesso ao capital de longo prazo”.